

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/321827243>

Fronteiras da Egiptologia Orientalismo, Helenização e Estudos de Gênero

Article in *Tiraz* · November 2016

DOI: 10.11606/issn.2594-5955.tiraz.2016.135387

CITATION

1

READS

120

1 author:



Thais Rocha da Silva
University of São Paulo

18 PUBLICATIONS 6 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Resumo: A Egiptologia e dos estudos sobre o Egito antigo não podem ser compreendidos fora de uma perspectiva histórica. As discussões sobre o orientalismo a partir da obra de Edward Said e sua crítica permitem historicizar o processo de institucionalização da Egiptologia nas universidades e museus. A escolha das fontes, a constituição de modelos teóricos e metodológicos tem sua historicidade constituída num momento em que a Europa se projeta como modelo de civilização a partir dos grandes impérios do século XIX. Neste artigo discuto como esses modelos de história constituíram um Egito antigo dentro e fora dos círculos intelectuais determinando seu lugar na história ocidental e o modo pelo qual os seus sujeitos históricos serão analisados e compreendidos.

Palavras-chave: Egiptologia, orientalismo, Estudos de Gênero

Abstract: The history of Egyptology and the study of ancient Egypt can not be understood outside of its historical perspective. Discussions about orientalism based on Edward Said's work and its critique allow modern* scholars to historicise the process of institutionalisation of Egyptology in universities and museums. The choice of sources and the establishment of theoretical and methodological models have its historicity made at a time 19th century European empires project Europe as a model of civilisation. In this article I discuss how these historical models have created an 'ancient Egypt' in and out of the intelectual circles determining its place in Western history and the way in which its historical subjects can be analysed and understood.

Keywords: Egyptology, orientalism, Gender Studies.

* BOLSISTA DE DOUTORADO PLENO PELO CNPQ NO ORIENTAL INSTITUTE. UNIVERSIDADE DE OXFORD.

Fronteiras da Egiptologia

Orientalismo, Helenização e Estudos de Gênero¹

THAIS ROCHA DA SILVA *

O Oriente foi orientalizado não só porque se descobriu que ele era 'oriental' em todos aqueles aspectos considerados como lugares-comuns por um europeu médio do século XIX, mas também porque poderia ser - isto é, permitia ser, feito oriental.

(Edward W. Said)

Egypt was not just a place where antiquities decorated the landscape.
(El Daly)

O Egito antigo há muito desperta interesses e interpretações, tem apelo científico, esotérico, religioso e tantos outros que não poderiam ser enumerados. Seus (en)cantos são observados, analisados e discutidos desde as primeiras ocupações no Vale do Nilo, há mais de 10.000 anos sem, necessariamente, constituir uma ciência sistemática com metodologia e atuação próprias até o século XVIII.

A egiptologia hoje representa o conjunto de saberes *científicos* sobre essas populações e, ainda bem pouco, sobre a sua própria historiografia. Todavia, é importante dizer que o Egito antigo mobiliza ainda outras áreas para além das ciências humanas e sociais: há estudos e trabalhos minuciosos na medicina, química, arquitetura, etc. Ao mesmo tempo, no quadro complexo do mundo antigo, o Egito foi a única civilização que vingou um nome próprio para a *sua* ciência, diferentemente dos estudos clássicos, ou para os mais genéricos especialistas em “oriente antigo”.²

Se quisermos entender um pouco mais a história da Egiptologia e os movimentos que ela tem vivido - políticos, acadêmicos - poderíamos começar por um passeio nos museus europeus, sobretudo o British Museum. Esse *tour* não seria apenas revelador de uma “paixão”

¹Parte deste texto é resultado da pesquisa realizada para a dissertação de Mestrado, discutido mais amplamente. Agradeço a Thais de Godoy Morais pela revisão

²Sabemos da existência da assiriologia, dos estudos bíblicos, etc., mas essas denominações, mesmo na academia, ainda são generalizações, diferentemente do que acontece ao Egito dos egiptólogos.

pelo “fascinante” Egito antigo, mas pode indicar - ao mesmo tempo - a construção de uma visão de história. O progresso da civilização ocidental, nesse contexto, precisa ser explicado a partir de causas específicas e precisas, que possam ser *provadas* num discurso científico, produtor de verdades.

No Egito antigo há muitos “Egitos”: o árabe muçulmano, o dos haréns, o romano, o grego, o faraônico. Todos eles são mais ou menos “antigos”, porém o faraônico é, de todos, o mais “egípcio”; e essa antiguidade demonstra muito mais uma tentativa nossa de justificar a história ou as nossas próprias histórias.

O relato de Heródoto constituiu um tipo de saber sobre o Egito que foi cristalizado ao longo do tempo e, mais ainda, tomado como referência para qualquer futura investigação. O Egito de Heródoto, focado na região do delta e no contexto do domínio saíta, estabeleceu paradigmas ainda difíceis de serem abandonados. A despeito da força de Heródoto na academia ou na formação de um olhar mais popular, o Egito “real” parece ser ainda o do período faraônico, aglutinando seus 3.000 anos de história numa imagem imutável que parou no tempo (Ucko e Champion, 2003).

Os textos de Edward Said (1990) e Robert Irwin (2007) dão indícios do lugar de nascimento da egiptologia e dos seus possíveis pais. O imperialismo europeu, os estudos bíblicos, a arqueologia... há muitas explicações para a constituição de uma *ciência sobre o Egito* mas não *para o Egito*. E é isso que deve ser examinado com afincos. De que maneira a *nossa* produção de conhecimento *sobre eles* não os exclui da possibilidade de ser sujeito histórico de sua própria história. Mais do que ser o *Outro silencioso* é a ideia de contribuição, a elaboração de um *thelos* que está em jogo nessa apropriação do passado.

No caso dos estudos sobre o período helenístico e, mais especificamente, na linha da história de gênero, essas construções ficam mais evidentes. Há a mistura de tantas ideologias sobrepostas às “mulheres do Egito” - para se opor às mulheres de Atenas, por exemplo. A antropologia e a história muitas vezes fingem conversar sobre o assunto, mas ignoram o principal: a história do Egito e as suas idiossincrasias para além dos problemas metodológicos de cada disciplina. Um viés embebido de um orientalismo específico, singular. As mulheres e mesmo o gênero acabam por tomar para si, nesses estudos, modelos que já têm cristalizados em si essa visão orientalista.

A papirologia, área que tem ganhado autonomia nos últimos anos, ainda está vinculada aos métodos de estudo tradicionais do século XIX. Do ponto de vista epistemológico e metodológico, o avanço foi modesto. É notável nas publicações sobre os papiros egípcios *das* mulheres e *sobre* as mulheres - sobretudo no período ptolomaico - a sobreposição das fontes gregas em relação às egípcias. Não se trata, contudo, de uma mera limitação acadêmica, mas um critério de escolha que precisa ter sua historicidade discutida. Nesse campo, portanto, o pêndulo Egito-Grécia demonstra a construção de modelos de civilização anacrônicos que suprimem a própria autenticidade das fontes, controlando as rédeas da escrita histórica. Repete-se a história de conquista do *Ocidente* sobre o *Oriente*, mas agora dentro de um embate acadêmico.

As fantasias sobre o Egito, também projetadas na literatura e no cinema, permeiam com frequência os centros de excelência na

produção do conhecimento. Não deixa de ser interessante que algo tão distante no tempo e no espaço (assim propositadamente colocados) tenha ainda uma capacidade de mobilizar a história e as nossas projeções sobre ela.

Egiptologia e civilização

A dominação de Alexandre, o helenismo e, posteriormente, a conquista romana foram inseridos como marcos significativos na história do Egito, representando momentos de ruptura, traduzidos no vocábulo historiográfico como sinônimos de *progresso e evolução*: helenização, romanização e cristianização. Paradoxalmente, de algum modo esse mesmo progresso corrompeu as tradições nativas, egípcias de um tempo muito antigo.

Simultaneamente ao estabelecimento desses marcos, entre o período nebuloso da cristianização e o advento do Islã no Egito - sobre o qual a produção acadêmica é escassa - a islamização é associada ao período de *crise, decadência, rompimento*. Traçar aqui um quadro comparativo dessas valorações pela historiografia seria um trabalho exaustivo, mesmo porque as balizas temporais viriam antes de Homero.

Para essa e outras questões a respeito do Egito e de suas apropriações, o tema do orientalismo se torna central. Mais do que colocar toda a formação da egiptologia no cerne da produção orientalista, reduzindo o seu campo a um “modo de ver” o Oriente, é preciso identificar os diversos orientalismos envolvidos, seus desenvolvimentos e desdobramentos para além do universo acadêmico. Sua permanência pode ser atestada ainda hoje na mídia e na produção de bens de consumo. Nesse escopo,

a investigação sobre o orientalismo adquire um estatuto fundamental para a compreensão dos múltiplos vieses em torno das fontes egípcias. Não se trata, por outro lado, de lançar mão de um “determinismo orientalista”, mas reposicionar algumas escolhas dos pesquisadores e, mais ainda, dilatar as possibilidades de interpretação das fontes, sobretudo no caso do material sobre o gênero. Como disse o Prof. Richard Parkinson numa conversa, há vantagens em se fazer egiptologia fora das fronteiras do império.

É importante notar que a egiptologia propriamente dita não trata dos períodos “não egípcios”. Atualmente a disciplina *egiptologia* tem um significado preciso nas ciências humanas: o estudo das populações do Vale do Nilo de 3000 a 330 a.C., podendo se estender no máximo ao primeiro século da era cristã, com o domínio romano. A “pré-história” egípcia não é uma área conferida aos egiptólogos, mas (um pouco e talvez) aos antropólogos, devido ao seu caráter excessivamente “primitivo”. Alguns especialistas ainda afirmam que a egiptologia deve ter seu limite temporal no ano 1000 a.C. quando as populações indígenas ainda governavam a região e não haviam sido corrompidas por estrangeiros (Wengrow *apud* Jeffreys, 2003: 4), apontando para uma essencialização dos egípcios.

É notável o paradoxo entre a popularidade que o Egito exerce e o isolamento teórico-metodológico da egiptologia, cristalizado ainda no séc. XIX. Esse paradoxo parece revelar o olhar orientalista em ambos os aspectos. De um lado, o orientalismo acadêmico que congela, taxonomiza, seleciona e, de outro, no imaginário popular, a consolidação do oriente misterioso, exótico, luxurioso (Said, 1990), quase uma projeção inconsciente do *Ocidente* (Kuberski, 1989).

Todavia, o ponto frágil da egiptologia está no caráter das escolhas e valorações aos processos históricos intrínsecos dos egípcios na Antiguidade. Dito de outro modo, em que medida a egiptologia cristaliza uma visão sobre os egípcios que, uma vez “etiquetada”, corrompe outras possibilidades de investigação histórica, confirmando a ideia de que o Egito - assim como o “Oriente” - é o *Outro silencioso*, para usar novamente a expressão de Said (1990), que só pode ter o seu lugar na história se essa for a história do Ocidente.³ El Daly (2005: 4) demonstra como no início do século XX, as autoridades coloniais ensinavam história da Europa e negligenciavam qualquer participação de um passado árabe. O impacto disso foi que a formação da grande maioria dos intelectuais egípcios não teve nenhum tipo de informação ou vínculo com seu passado islâmico. Paralelamente, até hoje as grandes instituições europeias de pesquisa ainda acolhem e ensinam aos egípcios a egiptologia.

A nomenclatura da própria periodização já é indicadora de um congelamento teleológico da história do Egito (*faraônico, helenístico...*) e, mais ainda, de uma apropriação que destaca justamente o que é dialético e paradoxal: o Egito é ao mesmo tempo o antigo e o moderno, o universal e o particular. Ele opera temporalidades distintas não apenas na pesquisa acadêmica, mas também no imaginário das pessoas. Sua escrita,

arquitetura e mesmo as técnicas de mumificação colocaram esse exotismo balizado pelo paradoxo temporal e espacial. Acostumamo-nos a olhar fotografias das pirâmides e das paisagens (exóticas) do Egito, das ruínas do tempo dos faraós e filtramos tudo o que há de moderno nelas. Suprimimos o presente árabe e nos esquecemos que, em si, o suporte para nosso imaginar - a fotografia - é moderno.

Assume-se (e não por acaso) que a egiptologia tem seu nascimento com a expedição napoleônica ao Egito. Os saberes acerca desse povo ganham estatuto científico a partir de então, financiadas pelo interesse do Estado e, notadamente nesse caso, pelo próprio estadista. Para além da desconsideração dos saberes locais, das produções anteriores, se torna evidente o elemento de identificação, de uma construção histórica, teleológica da *civilização*.

O interesse exclusivamente “antiquário” como se nota nos relatos de Pococke, Nodern, Soninni, no Renascimento, se transformam e passam a ter contornos cada vez mais ideológicos, nacionais. O domínio mameluco⁴ no território, visto então como *opressor*, acabará por evocar uma relação direta entre Napoleão e Alexandre que, no contexto específico do século XIX, ganha novos sentidos: a libertação do Egito pelo helenismo (como sinônimo de conhecimento e civilização em oposição ao antigo domínio persa) tem os mesmos

³ Vale notar nos livros didáticos de história, ainda hoje, do Ensino Fundamental e Médio, em que o Egito é mencionado, em sua grande maioria, nos estudos do mundo antigo. Sua história “acaba” com a invasão islâmica. Do mesmo modo, o conteúdo tratado ainda se constrói sobre seu exotismo: pirâmides, múmias, deuses com cabeças de animais e a sua “contribuição” para o mundo “ocidental”.

⁴ Apesar dos mamelucos não controlarem o território oficialmente desde 1517, quando houve a invasão otomana, permaneceram ainda como uma casta poderosa, com grande poder político.

propósitos e princípios revolucionários iluministas e republicanos, *franceses*.

Sem dúvida as atenções de Napoleão pelo Egito também tiveram motivos particulares. A campanha posterior à Itália reforça essa combinação de exercícios militares, coleta de tesouros e uma forte imposição cultural ao vizinho *bárbaro* num projeto civilizacional, imperialista (Wengrow *apud* Jeffreys, 2003: 3). Quando o Instituto do Cairo foi criado em 1798, os generais tinham livre acesso a ele, a começar pela chefia do local. Posteriormente, a *Description de l'Égypte*, publicada em 1809, foi a primeira obra de caráter científico sobre o Egito, abarcando toda a fauna, flora, geografia e com um forte aspecto “antiquarizante” dos vestígios materiais deixados pelas populações progressas⁵. Não por acaso esses aspectos eram tão necessários no contexto de conquista territorial, de apropriação cultural.

A conquista inglesa pouco tempo depois traria a disputa do fundador da egiptologia: Champollion ou Young. Entretanto, pouco se mudou em relação ao aspecto metodológico da disciplina. Ao mesmo tempo, essa disputa sem fim mascara um jogo imperialista, pós Tratado de Versalhes: o Egito como marco zero da civilização, reposicionado na linha do tempo conforme a nova conveniência dos grandes impérios.

Said reforça, nessa linha, que se desenvolveu um mito a partir de dois tipos de

superioridade cultural: a do Ocidente sobre o Oriente e, por extensão, a do antigo Oriente sobre o moderno. O Egito do mundo antigo é convenientemente destacado do mundo islâmico e, mais ainda, fica excluído de qualquer participação no ensino ou na administração da própria arqueologia até início do século XX (Reid, 1985; Wood, 1998 *apud* Jeffreys, 2003).

Ainda nessa perspectiva orientalista é preciso destacar que a arqueologia é elevada também ao *status* de ciência durante o século XIX, no mesmo contexto das disputas imperialistas. Se observarmos a história da pesquisa arqueológica, os primeiros trabalhos estavam claramente marcados por essa necessidade de estabelecimento de vínculos civilizacionais (Jeffreys, 2003: 8). Curiosamente, a arqueologia é uma ciência cuja base de trabalho é a destruição dos vestígios deixados e uma posterior reordenação dessas informações, não é uma coincidência que ela tenha se desenvolvido no neocolonialismo europeu cujos propósitos são bastante similares. Nesse sentido, é possível compreender que o foco dos trabalhos arqueológicos feitos na região do Alto Egito, em detrimento do delta, que foi mais ocupada pelos europeus e na qual houve mais industrialização, não seja explicado somente pela preservação do material.⁶

⁵ Cabe lembrar que a ideia de antiquário remonta ao Renascimento e até mesmo a Varrão. A própria noção de folclore nacional deriva dessa visão, portanto, não se trata de algo *exclusivo* do Egito.

⁶ Tradicionalmente, os egiptólogos atribuem o foco das pesquisas no Alto Egito e do contexto funerário em razão de um benefício climático. Cf. Kathryn Bard: “*The best preserved archaeological sites from ancient Egypt are the temples and tombs located beyond the floodplain in the very dry low desert. In Upper Egypt sandstone temples from the New Kingdom and later are much better preserved than earlier mud-brick or stone temples, which were frequently dismantled so that new structures could be built in the same sacred space. Temples built of fine limestone, especially in the Delta, were often recycled, either for construction or to make lime (2007: 10)*”.

As três grandes escolas da egiptologia tinham nos primeiros anos uma preocupação em adquirir coleções para seus museus, identificando nesses museus a construção de uma história dos grandes personagens, civilizações em que o mundo antigo explicava e orientava a compreensão dessa trajetória histórica, cujo fim eram os impérios do século XIX. Todas elas investigam o aspecto exótico e monumental do Egito, a eternidade egípcia e a sua preocupação com a sobrevivência após a morte. A ideia de sobreviver ao tempo era essencial a esses impérios. No caso britânico, e do British Museum especialmente, a necessidade de uma narrativa que corrobore esse *thelos* do império inglês é fundamental. Sua longa tradição isolacionista antes de conquistar o planeta praticamente obrigou que a narrativa construída no museu justificasse a superioridade britânica no mundo: as peças dispostas na exposição materializam essa *narrativa* histórica transformando-a em *verdade* legitimada pela *ciência* histórica.

O paradigma britânico, calcado no modelo greco-romano, foi essencial para colocar o Egito acomodado ao “gosto europeu”, permitindo que um olhar orientalista avaliasse o Egito como uma civilização que produzia “curiosidades monstruosas” (Moser, 2006). Como afirma Said, o Oriente se transformou no século XIX no local do espetáculo, onde as projeções do Ocidente ganhavam vida sem comprometer o *status quo* europeu. Assim,

Através de suas várias manifestações sobre o Egito Antigo, o museu fez dessa civilização “o domínio de todos”. Apresentado como o primo pobre de Grécia e Roma, em vez de um evento cultural distinto na história da humanidade, o Egito antigo foi caracterizado como não possuidor de quaisquer fronteiras que salvaguardavam a interpretação da arte clássica⁷ (Moser, 2006: 233).

Um outro aspecto importante na história da egiptologia é a entrada da escola americana, notadamente a Universidade de Chicago com os trabalhos de James Breasted, o primeiro egiptólogo americano reconhecido no século XIX. O Oriental Institute foi fundado em 1891 juntamente à universidade e marcado por referências ao “*Near East*” bíblico e mesopotâmico. A escola de Chicago tem sua tradição ainda apoiada na escola inglesa, ambas influenciadas pela linha orientalista, como afirmado no trecho a seguir pelo próprio instituto (grifos meus):

Breasted idealizou o estabelecimento de um instituto especial dedicado a traçar o *progresso* do homem antigo em direção à *civilização*, muito antes das civilizações clássicas (...).⁸

Ainda vale notar o relevo colocado na entrada do Oriental Institute, em que é evidente este *thelos* da história egípcia e a relação com a cultura ocidental, greco-romana. Mais ainda, o Egito é apresentado como o intermediário das *contribuições* que o “Oriente” fez ao “Ocidente”.

⁷ “Through its various manifestations of Ancient Egypt, the museum made this ancient civilization ‘everybody’s domain’. Presented as the poor cousin to Greece and Rome rather than a distinctive cultural event in the history of humanity; ancient Egypt was characterized as not possessing any of the scholarly barriers that safeguarded the interpretation of classical art.”

⁸ Cf. <<https://oi.uchicago.edu/research/history/>>. Acesso em: 26 jul. de 2010.



Fig. 1. Relevo da porta de entrada do Oriental Institute da Universidade de Chicago. Cortesia do Instituto.

Apesar da inserção da pesquisa nas mesmas linhas de franceses e ingleses (também os belgas e alemães), os norte-americanos foram atingidos posteriormente pelo afrocentrismo já em finais de 1960. Essa tendência, ainda que com nuances orientalistas, foi submetida a um viés muito mais político: a África negra conferia ao Egito uma outra particularidade no quadro do mundo antigo. Essa questão foi motivada em parte pelo movimento negro norte-americano e todo o debate em torno da raça, também associado ao gênero e às classes sociais.

A discussão foi interessante para se rever uma posição dos classicistas de que a *única* contribuição dos egípcios e do Levante foi técnica (Jeffreys, 2003). Ainda assim – e apesar dos avanços na historiografia – fica pendente o papel de *colaborador; contribuinte* dos egípcios ao Ocidente. Atualmente a escola americana é marcada por uma grande interferência da antropologia. Apesar de um orientalismo “suavizado”, ela é pelo menos mais consciente dos seus limites e avanços teórico-metodológicos. Paralelamente, as abordagens difusionistas têm perdido a força na academia, embora não no imaginário popular.

O afrocentrismo⁹, no entanto, trouxe outros problemas, recuperando (e sublinhando) as teorias raciais. O problema dos egípcios serem negros ou não trafega na mesma discussão sobre as origens e as contribuições da África (e não mais o *Oriente*) para a história ocidental. O trabalho de Martin Bernal (1987) colaborou para tirar o Egito do pedestal greco-romano, mas as críticas posteriores (Lefkowitz, 1996) tornaram o debate excessivamente engajado, dificultando a retomada da questão. Se o afrocentrismo coloca a origem de toda a civilização na África, contribuindo para uma revisão de paradigmas que, ou excluem, ou relegam à África a situação de “contribuidor”, ele falha ao pressupor que toda a África *era negra*, inclusive os egípcios. Paralelamente, reforça um mito de autoidentificação e autoenobrecimento: essa fabricação cria uma confiança para que os grupos marginalizados possam sair da periferia e pertencer ao “grupo dominante” (Lefkowitz, 1996: 21; Ucko e Champion, 2003).

É preciso reforçar o caráter plural dos egípcios, não se pode tratar do mundo egípcio como uma cultura monolítica em mais de 3.000 anos de história (só referentes ao período faraônico), numa extensão e posição territorial grande o suficiente para abrigar estrangeiros e distintas culturas locais. O eixo das relações internacionais egípcias nem sempre foi o mesmo, oscilando entre o interior da África, o Levante e o Mediterrâneo em diferentes períodos.

O caso do Egito nos períodos tardios é interessante para pensar a posição que damos à Egiptologia nos estudos da Antiguidade. O Egito é

⁹ Sobre essa discussão, ver também Asante e Mazama, 2002.

colocado numa posição subalterna mesmo que as evidências materiais demonstrem que, a despeito das administrações estrangeiras no território, o Egito pouco se modificou. Contudo, é preciso cuidado para não politizar de forma equivocada esse tipo de evidência. A manutenção das tradições e do passado era um elemento importante na caracterização e na legitimação do poder. Não se trata, portanto, de um movimento de resistência *per se* nos moldes da resistência colonial.

Apesar disso, a egiptologia é ainda uma disciplina apoiada em práticas coloniais que, muito lentamente tem incluído os egípcios na Egiptologia para além da mão de obra barata. Mais ainda, há hoje uma perspectiva mais etnográfica por parte dos pesquisadores que tentam incorporar dados do Egito moderno ou mesmo medieval para a sociedade do período faraônico, como é o caso de muitas práticas camponesas que pouco mudaram no Vale do Nilo em 5000 anos (Jeffreys, 2003)¹⁰.

A contribuição das áreas do conhecimento nas ciências humanas caminha para o oposto do que se fazia no século XIX com a excessiva especialização. O orientalista desse período era um especialista também apoiado em generalizações. A essencialização do Egito é gradativamente substituída por uma visão mais complexa à medida que se identifica em cada período sua historicidade. Isso pode ser representado pelo crescimento dos estudos demóticos e coptas que praticamente *obriga* os especialistas a se voltarem para a Grécia

e Roma, bem como aos vizinhos “orientais” (Rowlandson *apud* Jeffreys, 2003: 150). A excessiva especialização, por outro lado, torna ainda os centros de estudo espaços quase incomunicáveis entre si, cada qual fechado em sua lógica, vocabulário próprios, caracterizando assim a historiografia moderna.

O caráter político da egiptologia

A aquisição de peças egípcias e do território, durante o século XIX, e uma boa parte do século XX, deixaram complicadores políticos até hoje. Ao mesmo tempo, a posição que o Egito assume nas relações internacionais vem determinando a presença do Egito antigo na história do Ocidente.

Walis Budge descreveu a sua atividade de obtenção de peças com a ajuda de egípcios. Relatava como o cônsul britânico em Luxor, Mustafa Aghar, o ajudou dizendo que ele era “devotado à Inglaterra, e queria fazer o *British Museum* o melhor do mundo”. Balfour numa declaração à Câmara dos Comuns afirmava:

Nós conhecemos a civilização do Egito melhor do que conhecemos qualquer outro país. Nós conhecemos seu passado tão bem, o conhecemos tão intimamente; nós sabemos mais sobre ele (Scham *apud* Jeffreys, 2003: 173).

Tais relatos demonstram como o jogo imperialista com as elites locais se configura claramente nesses acordos. Também indicam a apropriação de um conhecimento que já pertence aos britânicos, sua autoridade em lidar com

¹⁰ Salima Ikram, ligada à Escola de Chicago, tem trazido os métodos e benefícios da pesquisa etnográfica para a egiptologia. Seu trabalho *Choice Cuts: meat production in Ancient Egypt* (1995) desenvolve uma análise da alimentação e dos modos de utilização da carne comparando as práticas atuais com a iconografia funerária.

isso. O Egito, de fato, faz parte da *experiência ocidental europeia* (Said, 1990: 13), o fato de estar *lá* não implica um afastamento, mas a legitimidade da apropriação.

Ao mesmo tempo, essas afirmações reforçariam a discussão de Said em *Cultura e Imperialismo* ao afirmar que “o imperialismo ocidental e o nacionalismo terceiro-mundista alimentam-se mutuamente (...)”. No caso do Egito é evidente já que após a independência as dificuldades do trabalho arqueológico aumentaram significativamente na região. Cada expedição era interpretada (ou ainda é, em certa medida) como um novo saque ao passado egípcio. Paralelamente, toda a dificuldade de preservação e conservação dos objetos, dos museus é motivo de acirradas discussões entre os especialistas.

Uma vez que o Egito hoje representa para ambos a conexão entre o Oriente e o Ocidente, como uma evocação das grandes civilizações que precederam aquelas desenvolvidas na Europa, (Scham *apud* Jeffreys, 2003) pode-se perceber que sua posição no mundo antigo vem se modificando, e mesmo a egiptologia tem buscado outras referências de pesquisa, agora também com a participação dos próprios egípcios. Um caso interessante para se observar isso é a relação do Egito com os estudos bíblicos, que sempre suscitam manifestações calorosas quando se afirma, por exemplo, a inexistência da escravidão no Egito e, por esse motivo, o discurso judaico de subjugação e toda a narrativa do Êxodo cai por terra.

A paz de Camp David entre o Egito e Israel deu uma nova configuração à relação do Egito com o passado ocidental (aqui claramente entendido como ocidental judaico-cristão) e, obviamente, com os vizinhos árabes. Nesse sentido, as discussões étnicas tomam outras formas: os egípcios não são árabes, judeus, africanos, são *egípcios*. Mas a ideia do que *é um egípcio* ainda é disforme e mutável, reposicionando a essencialização conforme a conveniência histórica e política.

O acordo entre Israel e o Egito isolou a população egípcia do mundo árabe e trouxe para a egiptologia uma outra cristalização de que de fato os egípcios não têm uma história relacionada com os árabes, mas com os judeus. A sede da Liga Árabe foi transferida para a Tunísia e em 1981 Sadat foi assassinado por um radical muçulmano em razão da traição que o acordo de paz com Israel representava¹¹.

Nessa linha, a demonização da historiografia até os anos 1970 em relação à religião egípcia, por exemplo, dá lugar a um Egito mais “místico”, “misterioso”. O mistério parecia conveniente à política. Os egípcios não eram mais vistos como os opressores dos hebreus, mas uma população exótica, desenvolvida. Aqui esse *orientalismo às avessas* traz o Egito “de volta ao *Ocidente*”: um dos pontos do acordo de Camp David foi a *tutmania*, a exposição sobre Tutankhamon nos EUA, com mais de 8 milhões de visitantes.¹² Por outro lado, a ideia de que os árabes são agora *outros*, mesmo em relação aos egípcios, fica mais evidente na historiografia pós anos 70.

¹¹ Mustafa Abu al-Yazid, que era líder da Al-Qaeda no Afeganistão, também assassinou Benazir Bhuto.

A questão do êxodo e da escravidão dos hebreus, que hoje é resolvida entre os egiptólogos, não parece resolvida *do outro lado*. É possível que o isolamento entre essas duas áreas seja um “acordo de cavalheiros” com origens nos acordos políticos contemporâneos. Não parece coincidência que haja uma proliferação de documentários da TV a cabo e textos de divulgação científica sobre a ausência de “culpa” dos egípcios em relação aos judeus na história do êxodo: um esforço exaustivo de mostrar “outras interpretações” sobre o texto bíblico.

Por outro lado, os estudos na área da filosofia, como, por exemplo, a relação entre o pensamento egípcio do período faraônico com a *Falsafa* árabe parecem completamente desconectados. O marco da helenização é muito mais referendado do que qualquer participação (para não dizer *contribuição*) genuinamente árabe. O Egito antigo não é sequer mencionado nos estudos da *Falsafa* e os árabes, muitas vezes desacreditados, sendo apenas receptores da filosofia grega.¹³

Há um outro elemento político nessa construção, mais sutil e tomado como tautologia. A história do Egito se inicia quando há a unificação das duas terras: o Alto e o Baixo Egito. A historiografia produziu muito sobre a formação do Estado faraônico: o Egito se tornou uma grande civilização por ter unificado uma grande

extensão territorial sob a égide de um único governante, que soube manter a ordem, o controle sob a natureza, os povos, a religião. Ora, qualquer semelhança com o modelo dos impérios europeus não é, por certo, coincidência. Atualmente, os pesquisadores notaram que, apesar da unificação, o Egito não era homogêneo como se imaginava. Também têm discutido em que medida essa unificação política não é um artifício – construído possivelmente pelos próprios egípcios – e que nós, “ingenuamente”, acreditamos¹⁴. Não se trata, ao meu ver, de ingenuidade, mas de uma característica intrínseca da egiptologia, enraizada no modelo imperialista.

Há um outro aspecto que foi o isolamento da egiptologia das demais ciências sociais durante o século XX, sobretudo a antropologia e a sociologia, em que as discussões sobre organização política e as formas de poder foram importantes. A realeza (*kingship*) foi marginalizada na teoria neoevolucionária dos anos 1960-80 e a ideia de um distanciamento entre a democracia (grega) e os impérios (oriente) finalmente se consolidou: “igualdade e justiça eram uma dádiva do governante, não um direito dos governados (...)”¹⁵ (Wengrow *apud* Jeffreys, 2003: 189).

Assim o Egito atende a dois modelos políticos e sociais opostos, mas que convivem harmoniosamente, sem a existência de qualquer contradição entre eles: o antigo e o moderno, o

¹² A exposição, organizada pelo Metropolitan Museum of Art, em Nova York, chamada *The treasures of Tutankhamun* foi de novembro de 1976 a abril de 1979.

¹³ Aqui pensando na filosofia *entre* os árabes (Attíe Filho, 2002).

¹⁴ Sobre a formação do Estado faraônico, ver Bard (2007); Baines *In*: O’Connor, Silverman (1994); Köhler, *In*: Wendrich (2010).

¹⁵ “Equity and justice were a gift of the ruler, not the right of the ruled (...)”

¹⁶ A imagem da medalha de comemoração da publicação da *Description de l’Égypte* desenhada por J. J. Barré está disponível em Curl, 2005: 101.

império e a liberdade habitam o mesmo mosaico da antiguidade.

Essa domesticação – também política – do Egito ainda pode ser vista na medalha de comemoração da publicação da *Description de l'Égypte* (1809–1828) desenhada por J. J. Barré¹⁶. O Egito é personificado na deusa Hathor (associada à sexualidade, música e à dança) desvelada pelo homem romano.¹⁷

De fato, a egiptologia não existe fora da política. Toda a construção e remodelação teórico-metodológicas só podem ser entendidas (e quem sabe, perdoadas) com o entendimento das limitações políticas a que somos atrelados na produção científica. Se é que é possível fazer a história fora dela, sobretudo, no caso do Oriente.

Papiros e estudos de gênero

No campo da papirologia as dificuldades são maiores na medida em que ao lidar com os períodos tardios, sob os domínios grego e romano, novas questões relativas à identidade e alteridade emergem. No caso dos estudos sobre as mulheres e o gênero, outros modelos de organização social são justapostos, tornando muitas vezes a percepção sobre o próprio conceito de gênero turva.

No Egito pós-Alexandre, o problema das identidades culturais que conviviam sob o mesmo regime permite vislumbrar a tensão entre um processo de helenização e orientalização simultâneos. Diferentemente do que ocorreu em outros reinos helenísticos, o Egito opera

um processo de orientalização do dominador, mas também distinto do que ocorreu no século XIX. Nesse enquadramento, orientalismo e orientalização coexistem. Hoje e na Antiguidade. Esse jogo de forças tem um impacto nas relações de gênero e na pesquisa acadêmica sobre o gênero, mas que foi pouco explorado na papirologia. Além do mais, orientalismo e orientalização por vezes se sobrepõem.

O Egito, mesmo na África, é tratado como “oriental” e isso é apenas uma parte pequena do problema. A construção de um *Oriente*, que precede mesmo a Europa, chega a períodos muito mais remotos. É fato que o Egito nunca foi tratado pelos gregos como um poder político, mas um repositório de conhecimento. Essa visão foi especialmente difundida durante o renascimento e o Iluminismo, em que a relação Egito-Grécia foi resignificada.

É nesse enquadramento que a papirologia se fundamentou como ciência, sobretudo com o objetivo estudar a documentação jurídica do período greco-romano¹⁸. Portanto, o estudo dos papiros egípcios foi herdeiro direto dessa tradição em que o viés greco-romano ditava metodologias e temas a serem investigados. Assim, a papirologia, graças à sua pouca capacidade reflexiva (BAGNALL,1995:1) não levou em conta, por muitos anos, questões intrínsecas dos textos egípcios. O mais interessante é identificar neste processo o modo como os estudos sobre as mulheres (e o gênero) se constituíram em com vieses muito semelhantes.

¹⁷ Outro exemplo dessa domesticação é a Egiptomania em que diversos elementos egípcios foram adaptados ao gosto europeu e a objetos de decoração de interiores.

¹⁸ Sobre essa discussão, ver com mais detalhes o estudo de Mark Depauw (1997) sobre o desenvolvimento do demótico. O mesmo tema é brevemente apontado em Rocha da Silva (2013).

As mulheres não constituem um tema novo na egiptologia. O fato de autores gregos e romanos já terem dado destaque especial às mulheres nas fontes não permitiu que a comunidade acadêmica negligenciasse a questão. Nas palavras de Wilfong, “as mulheres ocupavam uma posição única e autônoma no Egito, e isso era considerado uma característica distintiva do Egito nos tempos antigos” (2007: 206)¹⁹. Assim, não seria forçoso dizer que parte da razão do Egito “entrar” para a história ocidental (entendida aqui nos seus moldes judaico-cristão) se deve, em parte, às mulheres.

Portanto, estudar as mulheres no Egito nunca foi sinônimo de qualquer engajamento mas era, muitas vezes, a expressão de ideais imperialistas e ocidentais. Nesse escopo, a visão europeia sobre o papel de homens e mulheres da época vitoriana foi projetada para o mundo antigo. É preciso salientar que nessa projeção, a leitura e o uso dos textos clássicos que já faziam referência ao Egito, foram praticamente tomados como verdade. É o caso da visão construída a respeito de Cleópatra VII a partir dos textos de Plutarco e da propaganda romana contra o Egito feita por Otávio (ver Clímaco, 2013) O Egito, assim como o *Oriente* foram feminilizados pela comunidade acadêmica.

Como afirmou Ella Shohat (2004), a feminilização do Egito (e do Oriente) está materializada em grande parte na figura de Cleópatra VII. Cleópatra opera as forças aparentemente antagônicas, a do orientalismo

e a da helenização (ou romanização), mas que convergem na idealização do feminino e da figura de uma mulher poderosa, uma exceção que deve ser combatida, mesmo que admirada. A rainha é a materialização do(s) Egito(s) num corpo feminino. Portanto, se trata de um repositório com potencial criativo para diversas projeções que são, a princípio, contraditórias.

Os papiros estudados sobre as mulheres no Egito ptolomaico têm um complicador adicional: um papiro em grego não é necessariamente *grego* e os textos demóticos não são necessariamente *egípcios*. Uma vez que a administração do Estado é grega, não se pode supor que a helenização tenha atingido todas as esferas da sociedade. As fontes materiais – diferentemente dos textos – indicam que os modelos estéticos e mesmo sociais *nativos* (do período faraônico) permaneceram fortemente, mesmo após o domínio romano. O Egito ptolomaico pendula, portanto, entre egiptólogos e helenistas, deixando muitas vezes o campo de estudos órfão.

Num sentido mais restrito, os estudos de gênero ainda estão amarrados à história das mulheres tanto nos temas, como nas abordagens: o lugar da mulher, seu papel social, inserção na vida pública (e a dicotomia com o público e o privado), sexualidade. Esses temas ainda estão colocados numa perspectiva bastante orientalista ao tratar da mulher egípcia, vista pela historiografia como “emancipada”, “exótica” (e às vezes também erótica, como o caso

¹⁹ “Women occupy a uniquely visible and autonomous position in Egypt, and this was considered a distinctive characteristic of Egypt in ancient times”.

dos estudos sobre Cleópatra) em relação ao modelo ateniense (tomado, equivocadamente, como *grego*).²⁰

Fugindo da modelagem historiográfica tradicional da egiptologia, os especialistas em gênero no Egito faraônico e, mais timidamente, no Egito ptolomaico, tendem a colocar os textos dos papiros como uma documentação especial, na medida em que dão voz às mulheres²¹. Nesse sentido, o esforço de se aproximar tanto das mulheres por meio das fontes cristaliza um “amálgama” cultural de um “Oriente helenizado” e de um “helenismo orientalizado”, dificultando que os modelos teóricos deixem as fontes respirar. Dito de outro modo, as mulheres do Egito ptolomaico não são apenas gregas ou egípcias, mas ambas. Nem egiptólogos, nem helenistas têm autoridade sobre esse período, porque ambos os modelos – egípcio e grego – convivem no Egito helenístico, sem necessariamente se sobreporem²². Neste terreno, os modelos tradicionais ainda não estão confortáveis o suficiente para verticalizar a investigação. O binômio *Oriente-Occidente* sobrepujou – e fundou – a pesquisa acadêmica nesse campo.

Mesmo a antropologia, em que o gênero surge para desnaturalizar a ideia de “macho” e

“fêmea” (ou homem e mulher como entidades absolutas), ainda transita desconfortavelmente entre a sexualidade e a política, restringindo o que se pode entender tanto por *mulher* na antiguidade como sobre *feminino*. Essa dificuldade é maior ainda em se tratando da coexistência de múltiplas identidades, como no caso do Egito ptolomaico.

O conceito de orientalismo de Said ilumina essa modelagem teórica, alertando para o perigo da dicotomia. O orientalismo de Irwin alerta para a necessidade de uma verticalização na língua, na história, suavizando o termo *orientalista*. Entretanto, não há solução fácil: há muito que fazer nesse campo, traduções e reflexões teóricas. Os egiptólogos se acostumaram a “recuperar” o Egito e as feministas a “exigir” seu lugar na história.

Tanto o Egito como as mulheres foram retirados da história e colocados – seletivamente – de acordo com conveniências do imaginário, da política, dos valores sociais. Colocado dessa forma, a investigação sobre as mulheres no Egito ptolomaico pode revolver metodologias cristalizadas da pesquisa histórica, rerepresentando nossos critérios de seleção e, mais ainda, reposicionando nossa soberba acadêmica sobre o passado e sobre o Oriente.

²⁰ Refiro-me aos trabalhos de Pomeroy (1984); Robins (1993); Waterson (1991); Montserrat (1996) principalmente.

²¹ Ver o trabalho de Bagnall e Criore (2006) sobre as cartas das mulheres.

²² Vale lembrar a discussão desenvolvida por Guarinello (2003) sobre as formas da história antiga. O chamado Oriente Próximo como partição geográfica não possui uma unidade essencial de cultura e sociedade. O artifício de contextos amplos precisa ser levado em conta ao tratar das fontes. Não para esvaziar a discussão, mas ao contrário, dar historicidade à construção do *corpus* documental e aos modelos e formas utilizados para analisa-los. Do mesmo modo, o gênero e a chamada História das Mulheres, uma vez inseridos como ferramentas analíticas, precisam ser colocados numa perspectiva histórica.

Referências Bibliográficas

- Asante, M. K. & Mazama, A., 2002. *Egypt vs. Greece and the American academy*. Chicago: African American Images.
- Attie Filho, M., 2002. *A. Falsafa. A filosofia entre os árabes*. São Paulo: Palas Atenas.
- Bagnall, R., 1995. *Reading Papyri, writing ancient history*. London and New York: Routledge.
- ____; Criboire, R., 2006. *Women's letter from Ancient Egypt. 300 BC-AD 800*. Michigan: The University of Michigan Press.
- Bard, K., 2007. *Introduction to the Archaeology of Ancient Egypt*. Malden, Mass.: Blackwell.
- Clayton, P. A., 1982. *The rediscovery of Ancient Egypt*. London: Thames and Hudson.
- Climaco, J. C., 2013. *A Alexandria dos antigos: entre a polêmica e o encantamento*. Tese (Doutora em História Social) Departamento de História. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Depauw, M., 1997. *A companion to Demotic Studies*. Brussels: Papyrologica Bruxellensia 28.
- El Daly, O., 2005. *Egyptology: the missing millennium. Ancient Egypt in Medieval Arabic Writings*. London: UCL Press.
- ____, 2003. *Ancient Egypt in Medieval Arabic Writings*. In: Ucko, P.; Champion, T. *The wisdom of Egypt: changing visions through the ages*. London: UCL Press, pp. 39-63.
- Guarinello, N. L., 2003. "Uma morfologia da História: as formas da história antiga". *Piloteia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista*, Vol. 3, No. 1, pp. 41-61.
- Hourani, A., c. 1967. "Islam and the Philosophers of History". *Middle Eastern Studies*, Vol. 3, No. 3, pp. 206-268.
- Irwin, R., 2007. *For the lust of knowing: the orientalist and their enemies*. London: Penguin Books.
- Jeffreys, D., 2003. *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: imperialism, colonialism and modern appropriations*. London: UCL Press.
- Kuberski, P., 1989. "Dreaming of Egypt: philosophy, psychoanalysis, and cinema". *SubStance*, Vol. 18, No. 3, Issue 60: Special Issue: Writing the Real, pp. 75-94.
- Montserrat, D., 1996. *Sex and Society in Graeco-Roman Egypt*. London and New York: Kegan Paul International.
- O'connor, D.; Silverman, D., 1994. *Ancient Egypt Kingship*. Leiden, New York, Köln: Brill.
- Pomeroy, S., 1984. *Women in the Hellenistic Egypt*. Detroit: Wayne State University Press.
- Robins, G., 1993. *Women in Ancient Egypt*. Londres: British Museum Press.
- Rocha da Silva, T., 2013. "Os estudos demóticos e a possibilidade de uma nova Egiptologia". *Mare Nostrum*, No. 4, pp. 22-43.
- Rodinson, M., 1980. *La fascination de l'Islam*. Paris: Maspero.
- Rowlandson, J., 1998. *Women & Society in Greek and Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Said, E. W., 1990. *Orientalismo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- ____, 2001. *Orientalismo reconsiderado*. In: Said, E. W. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 61-78.
- Scham, S., 2003. "Ancient Egypt and the Archaeology of the disenfranchised". In: Jeffreys, D. (ed.). *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: imperialism, colonialism and modern appropriations*. London: UCL Press, pp. 171-177.
- Shohat, E., 2004. "Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade". *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 23, pp. 11-54.
- Ucko, P.; Champion, T., 2003. *The wisdom of Egypt: changing visions through the ages*. London: UCL Press.
- Waterson, B., 1991. *Women in Ancient Egypt*. New York: St. Martin's.
- Wendrich, W., 2010. *Egyptian archaeology*. Oxford: Blackwell.
- Wilfong, T. G., 2007. "Gender and sexuality". In: Wilkinson, T. (ed.). *The Egyptian World*. London and New York, Routledge, pp. 205-217.

Páginas da WEB

http://oihistory.blogspot.com/2010_01_01_archive.html

<http://oi.uchicago.edu/>